



## Apuração sobre a Petrobras tem semana decisiva

Renan Calheiros tem até quarta para indicar membros da oposição, que defende a CPI mista para fazer as investigações em vez da comissão restrita ao Senado

**A** expectativa em torno da possível instalação de duas CPIs para investigar irregularidades na Petrobras, uma no Senado e outra no Congresso (incluindo deputados na comissão), será um dos destaques da

semana. Gleisi Hoffmann aponta “falta de seriedade” da oposição por não indicar membros à CPI do Senado. Aloysio Nunes considera “ridícula” a hipótese de duas comissões com o mesmo objetivo, opinião compartilhada por Pedro Simon. **3**



Pedro Franço/Agência Senado

Gleisi Hoffmann, à frente de Aloysio Nunes e Aécio Neves, discursa em Plenário

## Municípios de Rondônia pedem ajuda após cheia

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em audiência no Senado, o prefeito de Nova Mamoré, Laerte Queiroz, pediu crédito especial do governo federal para reconstrução de municípios atingidos pela cheia do Rio Madeira, que afetou 43% da população do estado, desabrigando 31 mil pessoas. **5**

Acir Gurgacz (3º à esq.) conduz debate com coronel Caetano, Roberto Silva e Laerte Queiroz

### Cota para negros em concurso está na pauta desta semana

O Plenário do Senado também tem em pauta a medida provisória que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) a todas as licitações do governo, e não apenas aos projetos da Copa do Mundo. **3**

**Senado discute deficiências técnicas em obras de engenharia 4**

**Simon lamenta que texto sobre obras não tenha ido a Plenário 8**

**Em sessão, senadores fazem homenagem ao Dragão do Mar 6**

**Audiência avalia mudanças nos conselhos de corretores 8**

**Comissão fixa calendário para analisar plano de banda larga 4**

## Internautas debatem desmilitarização das polícias

A enquete que o Senado publicou na internet na semana passada a respeito da desmilitarização das polícias já recebeu 25 mil votos. A mudança é prevista em uma PEC em debate na Casa. **7**



Fernando Frozza/Agência Brasil

PMs reprimem manifestação de rua: proposta em debate no Senado desmilitariza as polícias

### ACONTECEU NO SENADO

## União terá mais agilidade para socorrer áreas de calamidade

A retrospectiva da semana mostra que segue à sanção projeto que facilita a transferência de recursos da União para recuperar regiões atingidas por desastres naturais. Os

senadores também aprovaram regras para criação de municípios. Em debate, ministro disse que o Mercosul apresentará em breve, à Europa, proposta de acordo comercial. **8**

## GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação. Agora on-line.

Chegou a versão on-line do Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal. Agora você tem as informações que precisa sempre à mão e atualizadas. Para conhecer melhor o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o Guia on-line.



Acesse o Guia on-line em [www.senado.leg.br/guiadefontes](http://www.senado.leg.br/guiadefontes) ou utilize o QR Code.



# Senado lança site do guia de fontes sobre a Casa

Iniciativa da Coordenação de Marketing e da Agência Senado, vinculadas à Secretaria de Comunicação, reúne mais de 400 fontes de informação institucionais, históricas e legislativas

A SECRETARIA DE Comunicação Social do Senado lançou na quarta-feira, durante o seminário Desafios da Editoração no Setor Público, no auditório do Interlegis, em Brasília, o site do *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*, disponível em [www.senado.leg.br/guidafontes](http://www.senado.leg.br/guidafontes). Agora, o desafio é divulgar o trabalho — que reúne mais de 400 fontes de informação institucionais, históricas e legislativas sobre o Poder Legislativo federal — entre pesquisadores, jornalistas e outros formadores de opinião.

A obra impressa, que veio a público no início de 2013, resultou em intenso trabalho de adaptação para a forma de um sistema, em plataforma plone, a fim de aumentar o alcance da ferramenta de consulta. O guia facilita a obtenção de informações por meio de referências e resumos de livros, periódicos, artigos especializados, discursos históricos, material multimídia, serviços e instituições correlatos ao Poder Legislativo federal, entre outros.

O trabalho é uma correalização da Coordenação de Criação e Marketing e da Agência Senado, vinculadas à Secretaria de Comunicação



Obra impressa, lançada em 2013, ganhou versão digital para facilitar o acesso

Social do Senado, além do apoio da Biblioteca da Casa. O objetivo é munir cidadãos e instituições com informações que aprimorem o conhecimento sobre o papel do Poder Legislativo e suas atividades, bem como ampliem as possibilidades de participação popular.

As fontes de informação servem aos demandantes em atividades diversas, como divulgações, investigação acadêmica, ensino em sala de aula ou simplesmente representa uma forma de entrar em contato com o Senado e com as organizações afins. O conteúdo das obras abrange

desde a pura descrição de características, lideranças e acontecimentos das duas Casas do Legislativo brasileiro, com foco maior no Senado, até temas práticos e conexos, como o vocabulário adotado no meio e as principais normas de funcionamento e do processo legislativo.

— É um trabalho inédito no Congresso, que servirá como um ótimo ponto de partida para jornalistas e pesquisadores — afirma Davi Emerich, diretor da Secretaria de Comunicação Social.

Link da versão digital do guia: [www.senado.leg.br/guidafontes](http://www.senado.leg.br/guidafontes)

## Eunício Oliveira defende descentralização

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu a descentralização do desenvolvimento como forma de fazer com que todos os municípios do Ceará cresçam, oferecendo qualidade de vida a toda a população.

Ele disse que o estado apresenta um modelo industrial concentrador, que agrava as desigualdades regionais.

Para o senador, os governantes têm obrigação de buscar a descentralização do desenvolvimento, sob pena de contribuir para que haja “municípios de primeira e de segunda classe”.

— Falo da importância de incluir nesse processo desde os municípios mais importantes aos menos importantes — resumiu.

## Mozarildo ressalta benefícios de regras para criar municípios

Fruto de acordo entre senadores, deputados e governo federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 104/2014 — Complementar, que estabelece normas para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, deverá ser sancionado na íntegra pela presidente Dilma. A expectativa foi manifestada em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na sexta-feira.

O texto-base da proposta foi aprovado pelo Plenário do Senado na quarta-feira. As emendas devem ser votadas esta semana. Mozarildo ressaltou que o marco regulatório para criação de municípios vai beneficiar a população, ao garantir maior presença do poder público.

## Paim quer mais rigor no combate à sonegação fiscal

Paulo Paim (PT-RS) classificou como alarmantes os níveis de sonegação fiscal no Brasil e disse ser necessário intensificar a fiscalização para a identificação “dos ralos pelos quais fluem imensas somas de dinheiro público”.

— Parte do problema tributário brasileiro poderia encontrar sua solução no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da sonegação fiscal, o que evitaria, adicionalmente, muitos casos de corrupção — disse, na sexta-feira.

Ele sugeriu o fortalecimento das carreiras da Procuradoria da Fazenda Nacional, a começar pelo preenchimento de pelo menos 300 vagas que estariam em aberto para o cargo de procurador.

## Marisa Monte é a atração do programa Rádio Show

A atração do programa *Rádio Show* desta semana é Marisa Monte, com o CD *Barulhinho Bom* (1996), gravado ao vivo em teatros do Recife e do Rio de Janeiro. O programa é produzido por Alfredo Villela Mendes.

### COMO OUVIR

► **Dia e horário:** hoje, às 23h, e sexta, às 3h da madrugada.  
► **Para sintonizar:** a Rádio Senado pode ser sintonizada em FM nas cidades de Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz), Teresina (104,5 MHz) e João Pessoa (106,5 MHz).  
► **Pela internet:** o programa está disponível na página da Rádio Senado (<http://bit.ly/programaRadioShow>).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### SEGUNDA

- PLENÁRIO Dragão do Mar**  
11h Os senadores homenageiam Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, pelo centenário de sua morte. Ele teve participação no movimento abolicionista cearense. A sessão, às 14h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.
- CDH Corretores de imóveis**  
9h Audiência com o presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do DF, Geraldo Nascimento. A comissão vai debater a composição dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Crecis).
- CI Deficiência em obras**  
18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate a deficiência técnica em obras de engenharia. A audiência pública integra o ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país. Entre os convidados, o diretor-executivo do Dnit, Tarcísio Gomes de Freitas.

### TERÇA

- CMA Informações sobre contratos**  
8h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que obriga as instituições financeiras a prestarem informações sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil.
- CCT Plano Nacional de Banda Larga**  
9h Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia avalia o Plano Nacional de Banda Larga. Depois, poderá votar substitutivo a projeto de lei sobre mudanças em contratos de publicidade com o governo.
- CCJ Reforma do Código Penal**  
9h A Comissão de Constituição e Justiça volta a discutir o projeto de reforma do Código Penal com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.
- CAE Parcelamento de tributos federais**  
10h A comissão examina projeto que dá nova oportunidade a escolas de ensino superior de parcelarem tributos federais.
- CE Prática de serviço social**  
11h Na pauta, projeto que institui serviço social para profissionais de saúde graduados em instituições públicas.
- CDH Mudanças na CLT**  
11h Os empregados celetistas poderão faltar, por até 8 dias, em falecimento de familiar ou casamento e, por até 15 dias, para tratar da saúde de familiar.

### QUARTA

- CMMC Adaptação ao clima**  
14h30 Discussão sobre adaptação brasileira às mudanças climáticas. Convidado o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre.
- CI Desenvolvimento e qualidade de vida**  
7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate práticas de regulação associadas ao desenvolvimento nacional e à qualidade de vida da população.
- CDR Obras em aeroportos**  
9h Discute obras em aeroportos com o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wellington Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.
- CAS Bolsa Família**  
9h Entre as matérias da comissão, está o projeto que muda a lei do Bolsa Família para que, em caso de alteração na situação de elegibilidade, a família ainda possa se beneficiar do programa por seis meses.
- CCJ Vandalismo em manifestação**  
10h Projeto que endurece as penas para combate ao vandalismo em manifestações públicas consta da pauta da CCJ. Às 14h30, sabatina do general-de-exército Odilson Sampaio Benzi, indicado ao STM.
- CE Gestão democrática**  
10h30 A adoção de gestões democráticas e participativas como modelo na rede federal de ensino em debate na comissão, com o secretário de Educação Profissional do MEC, Aléssio Trindade de Barros.
- CONGRESSO Soldados da borracha**  
12h Sessão solene para promulgação de emenda que prevê indenização a soldados da borracha.

### QUINTA

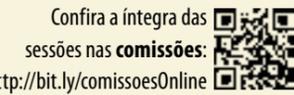
- CCT Internet 4G**  
9h A comissão faz audiência pública para discutir leilão da faixa de 700 MHz para internet móvel 4G.
- CAS Aposentados**  
10h A qualidade de vida dos aposentados será debatida com o secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça.
- CE Ministro do Esporte**  
10h Aldo Rebelo participa de audiência pública para falar sobre as diretrizes e prioridades do ministério.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, audiência da **Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Na quarta-feira se encerra o prazo para oposição indicar representantes para a CPI da Petrobras no Senado. Base do governo quer iniciar logo os trabalhos da comissão

# CPI no Senado deve ser definida esta semana

ESTA SEMANA DEVE ser de expectativa pela definição sobre a instalação ou não da CPI exclusiva da Petrobras no Senado. Na quarta-feira, termina o prazo para o presidente do Senado, Renan Calheiros, indicar os três integrantes da oposição na comissão, já que PSDB e DEM se recusam a apontar representantes, por preferirem concentrar as investigações na CPI mista (com deputados e senadores).

A CPI mista da Petrobras foi confirmada na quarta, mas ainda há um prazo de cinco sessões para os partidos indicarem representantes. A base do governo quer iniciar logo a comissão do Senado.

A CPI do Senado já tem confirmados João Alberto Souza (PMDB-MA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Ciro Nogueira (PP-PI) pelo Bloco da Maioria, que agrega PMDB, PV, PSD e

PP. O Bloco de Apoio ao Governo, encabeçado pelo PT, tem José Pimentel (PT-CE), Anibal Diniz (PT-AC), Humberto Costa (PT-PE) e Acir Gurgacz (PDT-RO). Já o Bloco Parlamentar União e Força indicou Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e Gim (PTB-DF).

Faltam as indicações, pela Minoria, de dois senadores do PSDB e um do DEM. Na quinta-feira, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), líder do partido, explicou que manterá a decisão de não indicar integrantes para uma CPI exclusiva no Senado por considerar “ridícula” a hipótese de haver duas comissões de inquérito funcionando para tratar do mesmo assunto.

— Não tem cabimento isso, é uma coisa absolutamente ridícula: uma CPI no Senado e outra no Congresso para as mesmas questões — disse o senador.

O líder da Maioria, Eunício



Paim, Braga, Aloysio, Renan, Sarney e Viana discutem em Plenário, na terça-feira, sobre encaminhamento da investigação

Oliveira (PMDB-CE), reconheceu que a presidente “tem razão de estar preocupada”.

— Ela sabe que, num ano eleitoral, a CPI será contaminada pela disputa política. A minha orientação ao escolher os integrantes [da Maioria] não foi a politização da CPI, mas o interesse de esclarecer os fatos

e mostrar à população o que realmente aconteceu e o que não aconteceu na Petrobras.

De acordo com Eunício, o PMDB está pronto para o início dos trabalhos, seja no Senado, seja no Congresso. No Senado, já indicou Vital do Rêgo para presidente da comissão. Na CPI mista, pelo sistema de rodízio das bancadas, caberá ao PMDB do Senado escolher o relator.

## Impasse

Alvaro Dias (PSDB-SP), que encabeçou o requerimento de CPI no Senado, classificou como “encenação e protelação” o fato de a Casa estar há um mês e oito dias discutindo os termos de instalação. O senador reiterou que o PSDB não concorda com duas comissões iguais e, por isso, só fez as indicações para a CPI mista.

— Esse paralelismo é jogo também de cena. O que se deseja é embaralhar todas as

cartas para dificultar qualquer solução — afirmou Alvaro.

Em pronunciamento na quinta-feira, Alvaro disse que a CPI do Metrô é uma retaliação e é desonesta porque vai investigar apenas os metrô de São Paulo e de Brasília. Ele afirmou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) já apresentou denúncia contra 18 empresas por formação de cartel em São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O senador também prevê mais impasses quando finalmente uma CPI estiver em funcionamento, porque a Minoria terá dificuldade de aprovar requerimentos e obter informações, especialmente as sigilosas. Segundo ele, muito mais que a produção de um bom relatório, a missão da CPI será contribuir com a investigação judiciária.

## Falta seriedade à oposição, afirma Gleisi

A estratégia da oposição de não indicar membros foi duramente criticada por senadores da base governista. Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a CPI do Senado já poderia estar funcionando com cronograma de discussões e requerimentos das primeiras oitivas.

A senadora acusou a oposição de “não ter responsabilidade com a instituição

Congresso” ao se recusar a fazer as indicações, o que, para ela, demonstra falta de seriedade e de vontade de investigar, de fato, a Petrobras.

— É um absurdo a gente ter uma decisão judicial para ter uma CPI no Senado e até agora ela não ter sido instalada porque eles estão atrasando.

A senadora também atribui à oposição o fato de estarem

sendo cogitadas três CPIs simultâneas, duas da Petrobras — uma no Senado e outra no Congresso — e uma sobre contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal. Ela voltou a defender como melhor opção a CPI ampla, proposta originalmente pelo governo, que acabou inviabilizada por uma decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal.

## Para Simon, seria absurdo haver duas comissões com a mesma finalidade

Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou quinta-feira a criação de uma CPI mista da Petrobras. Para o senador, não tinha como ser de outra forma, apesar da resistência da base do governo. Na noite anterior, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia anunciado, em sessão do Congresso Nacional, a decisão de, acatando entendimento da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, criar a CPI exclusiva para investigar a estatal do petróleo. Renan deu prazo aos partidos para a indicação de membros para a CPI mista.

— Mas a verdade é que estava intrínseco que, se houve permissão para instalar a CPI do Senado, a solicitação de uma CPI mista [no Congresso] para tratar da matéria também teria condições de ser instalada. E seria a tese do absurdo imaginar que haveria duas comissões com a mesma finalidade, uma do Senado e outra da Câmara.

## Pauta do Plenário inclui RDC e cota para negros

A pauta de hoje do Plenário do Senado está trancada pela Medida Provisória 630/2013, que estende o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), instituído para as obras da Copa, a todas as licitações públicas. A MP, que perde a validade em 2 de junho, chegou a ser discutida no Plenário, mas não houve acordo entre os líderes partidários para a votação.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), avisou que, se a MP fosse colocada em votação, pediria verificação de quórum. Para ele, o assunto precisa ser mais discutido antes de ser votado.

Inicialmente, a MP 630/2013 estendia o RDC só às obras e serviços de engenharia relacionados à construção, à ampliação ou à reforma de presídios e unidades de internação de adolescentes infratores. A adoção do RDC em todas as licitações, sugerida por Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi aprovada numa comissão mista. Com as mudanças, a matéria passou a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2014.

### Projetos

Uma proposta em pauta à espera do destrancamento é o PLC 29/2014, que reserva 20% das vagas oferecidas em

concursos públicos federais a candidatos negros e pardos.

A cota racial terá validade de dez anos. Para concorrer a essas vagas, os candidatos deverão se declarar negros ou pardos no ato da inscrição do concurso, conforme o quesito de cor ou raça usado pelo IBGE.

O PLC 29/2014 determina ainda a adoção da cota racial sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três. Se o texto aprovado pela Câmara se mantiver inalterado, será enviado logo em seguida para a sanção presidencial.

### PECs

O Plenário também deve concluir, com o exame de emendas, a votação da proposta que estabelece normas para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (PLS 104/2014). O texto principal do projeto foi aprovado na última quarta-feira, mas faltam as emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em Plenário.

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam em calendário especial podem ser votadas amanhã. Os textos tratam da exigência

de defensores públicos em todas as comarcas do país (PEC 4/2014) e da transferência dos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima à administração federal (PEC 11/2014). PECs podem ser votadas mesmo com a pauta trancada.

Com a aprovação do calendário especial na quarta-feira, as propostas não terão que passar pelos cinco turnos de discussão antes da votação em primeiro turno.

A PEC da Defensoria Pública fixa prazo de oito anos para que a União e os estados dotem todas as comarcas de defensores públicos.

A PEC 11/2014 tem como objetivo aplicar aos estados do Amapá e de Roraima as medidas estabelecidas pela Emenda Constitucional 60/2009, referente ao estado de Rondônia. A norma delegou à União a responsabilidade pelo pagamento dos servidores e policiais militares admitidos até a posse do primeiro governador eleito em Rondônia, em 15 de março de 1987.

Se aprovadas sem mudanças pelo Plenário, em dois turnos, as propostas irão para promulgação. Caso contrário, terão de voltar para a Câmara.

# Comissão define agenda para avaliar plano de banda larga

Com a prerrogativa de acompanhar políticas públicas do Poder Executivo, a Comissão de Ciência e Tecnologia deve aprovar amanhã plano de trabalho para analisar Programa Nacional de Banda Larga

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) discute amanhã, em reunião marcada para as 9h, o plano de trabalho que deverá seguir para avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Depois de aprovada a Resolução 44/2013, as comissões permanentes do Senado passaram a ter a prerrogativa de avaliar políticas públicas do Poder Executivo que sejam afins às áreas de competência. Assim, a CCT escolheu o PNBL para ser acompanhado ao longo de 2014. Para isso, o presidente da comissão, Zeze Perrella (PDT-MG), o vice-presidente, Alfredo Nascimento (PR-AM), e os demais integrantes da CCT terão de aprovar a proposta de plano de trabalho apresentada pelo relator, Anibal Diniz (PT-AC).

O PNBL tem por objetivo fomentar e difundir o uso

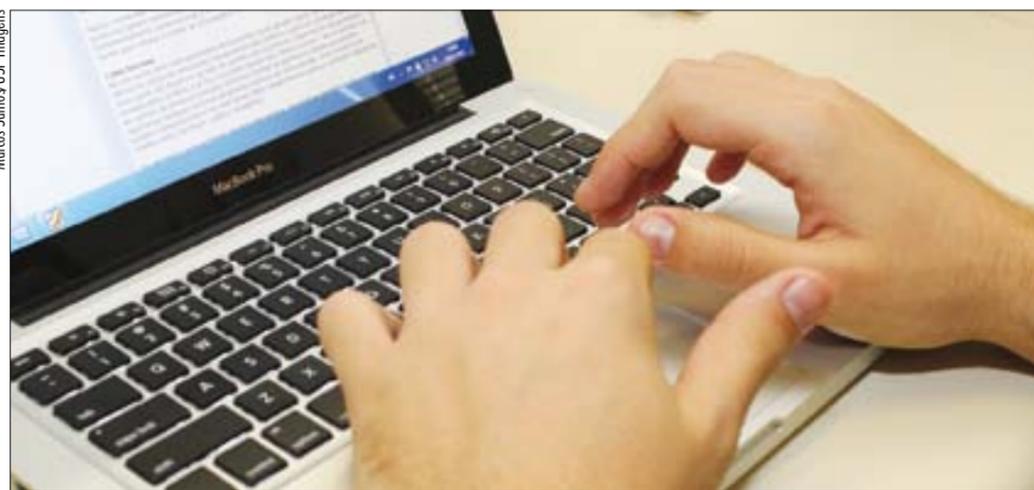
e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Entre os objetivos do plano, estão massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, promover a inclusão digital e ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

A proposta de trabalho da CCT prevê reunião com a subcomissão da Câmara que acompanha as ações do PNBL; pedidos de informações ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, ao Ministério das Comunicações, à Anatel e à Telebras; consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a existência de avaliações do tribunal sobre o plano; e audiências públicas e debates com representantes de órgãos públicos, especialistas, representantes de usuários e provedores.

Depois da apresentação do plano de trabalho, a CCT examinará pauta de votações com 24 itens. Um deles é o projeto que altera regras para contratos de publicidade com o governo. De acordo com a proposta (PLS 337/2005), órgãos públicos só poderão contratar serviços de publicidade se seguirem o critério de técnica e preço.

A matéria também permite a participação de agências de propaganda reunidas em consórcio e estabelece que o fator preço deverá responder no mínimo por 70% do total de pontos que podem ser obtidos pelos concorrentes na licitação.

Atualmente, a Lei 12.232/2010 estabelece a adoção obrigatória dos tipos melhor técnica ou técnica e preço nas contratações de serviços de publicidade pelo governo.



Objetivos do PNBL são massificar acesso à internet, promover a inclusão digital e aumentar a competitividade do país

## Operadoras explicam falhas de celulares

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará, no dia 20, audiência pública sobre os problemas da telefonia celular no país. Eduardo Amorim (PSC-SE), autor do requerimento para o debate, quer que os presidentes das operadoras expliquem as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos usuários de celular.

— Queremos entender por que pagamos tão caro e não temos, nem na capital do país, um serviço decente — afirmou

Amorim, que é o atual presidente em exercício da CMA em razão da licença de Blairo Maggi (PR-MT).

Foram convidados Antonio Carlos Valente da Silva, presidente da Vivo; Zeinal Bava, presidente da Oi; Carlos Zenteno, presidente da Claro; e Rodrigo Abreu, presidente da TIM; além de João Rezende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Euzá Missano, promotora de Defesa dos Direitos

do Consumidor de Aracaju; e um representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Na reunião da comissão terça-feira passada, Jorge Viana (PT-AC) informou que apresentou requerimento para que a Comissão de Infraestrutura (CI) promova debate semelhante.

Os senadores também manifestaram preocupação com a falta de água em diversas localidades brasileiras.

— O clima do planeta está sofrendo transformação por influência do homem e as previsões nos dão conta de que as secas ficarão ainda mais severas, teremos menos água nos rios e, dessa maneira, aumentarão os riscos para a saúde, a energia, o turismo e a agricultura — disse Eduardo Amorim, ao comentar relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas.



Presidente em exercício da CMA, Eduardo Amorim foi quem requereu o debate

## Deficiência técnica em obras de engenharia será debatida hoje

A Comissão de Infraestrutura (CI) promove hoje, às 18h, audiência pública com o tema “Carência e deficiência da capacidade técnica na realização de projetos e obras de engenharia”.

Foram convidados para o debate o diretor-executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Tarcísio Gomes de Freitas; o presidente da Federação Nacional de Engenheiros, Murilo Celso de Campos Pinheiro; e o ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang.



Ciclo de debates sobre logística é iniciativa de Collor, presidente da CI

A audiência integra o ciclo de debates sobre os gargalos de logística no país.

## Duas indicações para o Dnit serão analisadas na quarta-feira

Quarta-feira, a Comissão de Infraestrutura (CI) analisa as indicações de Valter Casimiro Silveira e Adailton Cardoso Dias para exercerem, respectivamente, os cargos de diretor de Infraestrutura Aquaviária e diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Valter Silveira é bacharel em ciências contábeis pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, com MBA em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na vida profissional, exerceu, entre outros, os cargos de coordenador administrativo e financeiro de Projetos do Ministério da Previdência Social, de coordenador de Obras

Hidroviárias Diretas e Delegadas do Dnit e de coordenador-geral de Portos Marítimos do Dnit.

Caso aprovado para assumir o cargo, o indicado terá, entre as atribuições, a de gerenciar a execução de projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura aquaviária. Além disso, exercerá o poder normativo sobre o uso da infraestrutura de transporte aquaviário.

Já Adailton Cardoso Dias é graduado em ciências econômicas pela Upis. Ele exerce, desde 2008, a função de coordenador-geral de Planejamento e Programação de Investimentos no Dnit, onde também já foi coordenador de Programação de Investimentos.

## Gleisi: regime diferenciado de contratação reduz custos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) rebateu, em pronunciamento, críticas feitas à proposta de adoção do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para obras públicas, incluída na Medida Provisória 630/2013, que será votada esta semana pelo Senado.

Ela explicou que, pela proposta, o RDC será adotado em obras que hoje demoram até três anos para serem contratadas em razão da exigência feita pela legislação em vigor de só contratar a empresa responsável pela obra após a conclusão do projeto executivo, que também deve ser objeto de licitação.

A parlamentar acrescentou que o regime também reduz os custos das obras



Senadora rebate críticas ao RDC, incluído em medida provisória

públicas por vedar aditivos.

— É uma obra que não tem aditivo. Por isso que no RDC integrado o máximo que se consegue de desconto é cerca de 5% a 6%. A construtora sabe que tem que manter o preço em cima do projeto que ela fizer — afirmou a senadora.

# Nova Mamoré pede crédito para superar cheia

“Em situação normal já é difícil manter o básico, imagina em uma calamidade pública como esta”, afirma prefeito de cidade inundada pelo Rio Madeira em Rondônia

O PREFEITO DE Nova Mamoré (RO), Laerte Queiroz, defendeu na sexta-feira a oferta, pelo governo federal, de linhas de crédito especial para reconstrução de municípios de Rondônia, em razão da enchente do Rio Madeira, que afetou 42% da população do estado. Queiroz participou de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) destinada a debater a situação dos municípios atingidos pela enchente.

— Não temos a menor condição de fazer [a reconstrução]. No município, em situação normal, já é difícil manter o básico, imagina em uma situação como essa, de calamidade pública. Não temos equipamentos nem máquinas e técnicos de saúde — afirmou.

O rio atingiu o nível histórico de 19,74 metros em 31 de março e se encontra em estado de vazante, apesar de repiquete (quando a água volta a subir) na semana passada, o que voltou a deixar apreensivas as autoridades locais.

A Defesa Civil do estado elabora um plano integrado para



Prefeito de Nova Mamoré (RO), Laerte Queiroz relata as dificuldades do município em audiência presidida por Gurgacz (C)

reconstrução e prevenção de desastres. O documento será avaliado pelo governo federal. Queiroz disse que a enchente não causou vítimas fatais devido à atuação do sistema de defesa civil, que trabalhou no resgate de ribeirinhos e na transferência de pacientes.

Mais de 31 mil pessoas ficaram desabrigadas em Rondônia. Nove bairros e distritos de Porto Velho, à beira do Rio Madeira, ficaram alagados, assim como trechos das BRs 364

e 425, entre outras rodovias que cortam o estado. Os prejuízos ainda não foram calculados, mas podem chegar a R\$ 5 bilhões, estima o governo local.

— Ainda estamos parcialmente isolados, com dificuldade de acesso a estradas vicinais e dificuldade de abastecimento. Nova Mamoré nem tinha um conselho municipal de defesa civil, fomos pegos de surpresa — afirmou o prefeito.

Em Nova Mamoré, contou Queiroz, 6 mil alunos estão fora

da escola e um abrigo único reúne 200 famílias, o que gera transtornos para as autoridades, principalmente pelo clima quente. Nos 80 dias em que ficou isolado, o município deixou de abater 300 cabeças de gado e escoar 112 mil litros de leite por dia. A enchente também provocou perdas na indústria madeireira e no comércio local.

Também participaram do debate na CRA representantes de ministérios e do governo de Rondônia.

## Viana cobra plano emergencial para recuperar BR-364

Em discurso na quinta-feira, Jorge Viana (PT-AC) cobrou do Ministério dos Transportes e do Dnit um plano emergencial de recuperação da BR-364, que liga Rio Branco a Porto Velho. O senador lembrou que a rodovia voltou a ficar alagada com a cheia do Rio Madeira. Os acrianos estão isolados e o escoamento da produção está prejudicado.

O tempo da viagem de carro de Rio Branco até a capital de Rondônia passou de seis para mais de dez horas, aumentando a dificuldade no abastecimento, o preço dos insumos e o custo de vida.

— Em defesa da economia do Acre, eu espero que o Dnit e que o Ministério dos Transportes apresentem um plano imediatamente. Não estou falando de centenas de quilômetros. Já me informei: a ação tem que ser feita neste momento em apenas dez quilômetros da rodovia, e de maneira mais importante em apenas três quilômetros. Pondo um número de empresas adequado, rapidamente a estrada pode ganhar fluidez.

## Defesa Civil sugere pagamento de bolsa-aluguel

Acir Gurgacz acredita que a reconstrução de estradas vicinais é um dos grandes desafios dos municípios de Rondônia. Ele também citou a limpeza das cidades e os riscos de epidemia.

— [As usinas] não têm ligação com as chuvas na região. Mas, sem as chuvas, as águas voltaram a subir. Entre Jirau e Santo Antônio, permaneceram no mesmo nível. Isso pode nos dizer alguma coisa. O repiquete do rio assusta, mesmo sem a ocorrência de chuvas.

O coordenador estadual da Defesa Civil, coronel Lioberto Ubirajara Caetano, disse que

em três meses foi gasto todo o orçamento de 2014 do órgão. Ele sugeriu o pagamento de bolsa-aluguel.

O representante do Ministério da Integração, Paulo Falcão, disse que R\$ 8 milhões já foram repassados em ajuda humanitária a Rondônia. Ele observou que aguarda a apresentação de um plano de trabalho, a ser encaminhado à Defesa Civil nacional, com as principais ações a serem adotadas.

O representante do Ministério da Pesca, Henrique Almeida, informou que será prorrogado por mais dois meses o pagamento do seguro-

-defeso a pescadores de alguns municípios. Ele também informou que haverá um reforço na distribuição de cestas básicas e disse que espera as águas baixarem para avaliar o deslocamento de antigos núcleos populacionais.

O representante do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), Roberto Silva, disse que algumas rodovias ainda têm 22 centímetros de lâmina d'água. Ele acrescentou que é preciso esperar que as águas baixem para definir os trechos que serão restaurados ou reconstruídos na

BR-364 em outras rodovias.

Para o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, João Luiz Guadagnin, o acesso a políticas públicas e a novos créditos bancários passa pela regularização fundiária dos agricultores de Rondônia.

O representante do Ministério da Agricultura, Marcelo Guimarães, lembrou que a enchente do Rio Madeira ocorreu no momento da vacinação contra aftosa em Rondônia, que teve que ser suspensa. Ele explicou que aguarda um novo levantamento para definir a atuação dos técnicos no rebanho disponível.



Viana diz que intervenção precisa ser feita em apenas dez quilômetros

## Gurgacz quer alterar compensação ambiental

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que redigirá projeto para permitir ao agricultor fazer compensação ambiental em qualquer bioma. Ele sugeriu alterações no Código Florestal, que, segundo o senador, ainda precisa garantir que o país aumente a produção agrícola.

Com a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Código Florestal poderá ser implementado, disse o parlamentar. O CAR prepara os agricultores para o Programa de Regulamentação Ambiental (PRA). Após fazer o cadastro, se houver pendência em relação à terra, eles devem ingressar no PRA.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura quer

que a produção mundial cresça 60% até 2050 para erradicar a fome, e o Brasil tem de colaborar com 40% desses alimentos.

— Temos que ampliar ou implantar o cadastro e os programas de regularização sem reduzir a área de produção. Temos que dar ao agricultor os instrumentos necessários para que ele possa manter as suas áreas produtivas em plena atividade.

Ele explicou que um dos instrumentos do produtor é a compensação ambiental no mesmo bioma e nas áreas de proteção ambiental ainda não demarcadas.

— Uma alternativa é permitir a compensação ambiental da reserva em qualquer bioma do país.

## Waldemir Moka destaca crescimento de MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) comemorou, em pronunciamento na semana passada, a boa situação da economia de Mato Grosso do Sul. Ele citou a última edição da revista *Valor Estados*, editada pelo jornal *Valor Econômico*, que veicula uma reportagem de

100 páginas, dedicada “ao crescimento econômico do estado, em um ritmo semelhante ao da economia chinesa”.

De acordo com a publicação, disse o parlamentar, em pouco menos de uma década, Mato Grosso do Sul deixou para trás a dependência do binômio soja-boi e deu um salto de desenvolvimento. Moka acrescentou que o produto interno bruto estadual



triplicou, enquanto o perfil da economia mudou e diversificou-se.

Ainda na avaliação de Waldemir Moka, a atuação do governador André Puccinelli foi fundamental para o progresso sul-matogrossense ao estimular investimentos na

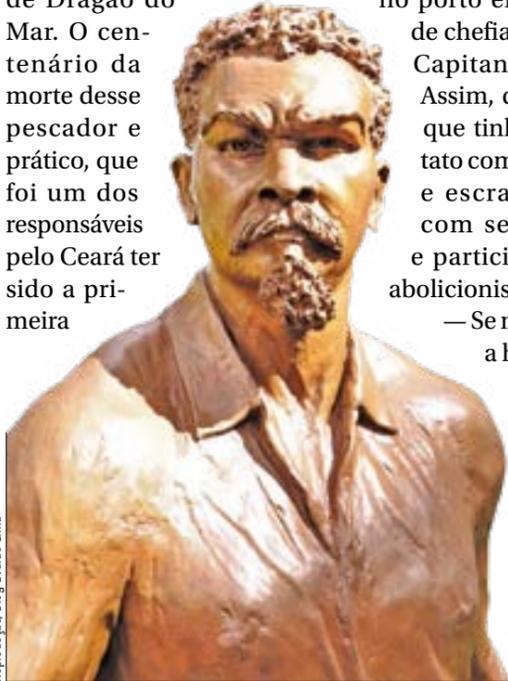
indústria que geraram uma espiral de desenvolvimento.

— Enquanto o perfil da economia mudou e diversificou-se, o estado, que completou apenas 35 anos de existência, agora atrai grandes indústrias de setores variados, enquanto a agropecuária evolui e se diversifica com o emprego de alta tecnologia — salientou.

Pescador e funcionário da Capitania dos Portos do Ceará no século 19, Francisco José do Nascimento desempenhou papel decisivo para que a então província fosse a primeira do país a abolir a escravidão

## Dragão do Mar recebe hoje homenagem em Plenário

FRANCISCO JOSÉ DO Nascimento nasceu no dia 15 de abril de 1839, em Canoa Quebrada, no Ceará. Do jornalista e romancista Aluísio Azevedo ganhou o apelido de Dragão do Mar. O centenário da morte desse pescador e prático, que foi um dos responsáveis pelo Ceará ter sido a primeira



Reprodução/Blog Eváldo Lima

província do Brasil a abolir a escravidão, será lembrado em uma sessão especial do Senado, hoje, a partir das 11h. Dragão do Mar navegava por dois mundos. Trabalhava no porto em uma função de chefia. Era prático da Capitania dos Portos. Assim, do mesmo jeito que tinha grande contato com os jangadeiros e escravos, convivia com setores da elite e participava de ações abolicionistas.

— Se nós resgatarmos a história do Ceará, vamos assistir a muitas festas, muitos leilões,

Centenário da morte de abolicionista cearense vai ser tema da sessão

muitas quermesses feitas pela Igreja Católica para fazer fundo para comprar escravas grávidas e assim libertar a escrava e a criança — contou José Pimentel (PT-CE).

Além disso, a economia escravagista no Ceará estava ancorada no tráfico entre as províncias brasileiras. A estratégia dos abolicionistas foi a de atrapalhar esse comércio. Um grupo de jangadeiros, liderado pelo Dragão do Mar, passou a impedir que os navios negreiros aportassem na costa do estado. Os bloqueios se repetiram até que, em 25 de março de 1884, o presidente da província do Ceará, Manuel Sátiro de Oliveira Dias, declarou a abolição da escravatura no território.

O Dragão do Mar morreu em 1914. Para Eunício Oliveira (PMDB-CE), ele é considerado o maior herói da libertação dos escravos no Ceará.

### Instituição de ensino superior poderá parcelar tributos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá examinar, amanhã, projeto que dá nova oportunidade para instituições de ensino superior parcelarem dívidas referentes a tributos federais. O PLC 32/2014, de iniciativa do Executivo, reabre por 90 dias o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previsto no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O Proies foi instituído pela Lei 12.688/2012 para viabilizar a recuperação das instituições endividadadas. Entretanto, segundo o relator da matéria, Luiz Henrique (PMDB-SC), vários problemas, como o curto prazo disponível para adesão e a complexidade das exigências, minaram a eficácia do programa.

### Cristovam cobra propostas novas dos presidenciais



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou na quinta-feira propostas ousadas dos candidatos à Presidência da República. O senador apontou entre os principais desafios as falhas do transporte público, a violência e a corrupção. Para ele, as pesquisas apontando a preferência pelo voto em branco ou nulo revelam descontentamento com as lideranças.

Como saída para o país, Cristovam defende o investimento em educação.

— É preciso uma proposta nova. A economia tem que ser baseada na alta tecnologia e numa educação que assegure escola igual para todos — disse.

### Brasil não tem compromisso com o futuro, diz senador

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse na sexta-feira que a insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos deve-se ao fato de o Brasil ser imediatista, sem compromisso com o futuro. Um exemplo, afirmou, é a falta de investimento em educação, ciência e tecnologia:

— Se amássemos o futuro, em 1888 teríamos começado a dar escola para os filhos dos escravos. Nós não investimos em educação pelo desamor ao futuro que caracteriza a sociedade brasileira — lamentou.

O Programa Bolsa Família também foi mencionado pelo senador, que alertou para a necessidade de criar mecanismos para que os dependentes não precisem do benefício.

— Emancipação é compromisso com o futuro. O Bolsa Família é o compromisso justo e correto com o presente.

## Anibal Diniz elogia proposta de cota racial em concursos públicos

O projeto do governo que destina 20% das vagas de concursos para negros e pardos foi elogiado na quinta-feira por Anibal Diniz (PT-AC). Já



Waldemar Barreto/Agência Senado

aprovada pelos deputados, a proposta deve ser votada amanhã pelos senadores.

O senador disse que os negros alcançam quase 51% da população, mas ocupam apenas 30% dos cargos do serviço público federal. Ele destacou que as cotas terão validade de dez anos.

— O projeto apresenta elementos de controle para evitar fraudes. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se já tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da admissão ao serviço ou emprego público.

O senador voltou a defender a aprovação do projeto dele que destina a mulheres 50% das vagas do Senado na eleição para renovação de dois terços da Casa (PLS 132/2014).

## Paulo Paim presta homenagem ao cantor Jair Rodrigues

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a morte de Jair Rodrigues, ocorrida na quinta-feira. O cantor, de 75 anos, foi encontrado morto na sauna de casa, em Cotia (SP). Paim recordou que o primeiro sucesso foi *Deixa Isso pra Lá*, considerada uma precursora do rap nacional.

A parceria com Elis Regina também marcou a vida artística do cantor, como lembrou o senador, que relatou como Jair substituiu Baden Powell num show em São Paulo, em 1965.

— Foi quando dividiu o

palco pela primeira vez com a também estreante Elis Regina, que viria a ser sua parceira profissional.

O senador afirmou que o “canto poderoso e a simpatia” garantiram sua popularidade nos anos seguintes.

Paim também apresentou voto de aplauso pelos dez anos do programa *Inclusão*, da TV Senado. Ele disse que o programa, ao abordar temas como autismo, síndrome de Down, violência contra a mulher e desigualdade racial, conquistou 14 prêmios de jornalismo.

## Requião defende projeto sobre direito de resposta e cita Boechat

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu à Câmara que vote logo o projeto (PLS 141/2011) dele que dá a quem se sentir ofendido ou caluniado por veículos



Waldemar Barreto/Agência Senado

de comunicação o direito de divulgação de resposta gratuita e proporcional, com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão.

Requião lembrou o caso da Escola Base, em São Paulo, e informou que na semana

passada o jornalista Ricardo Boechat, da Rede Bandeirantes, foi condenado a seis meses de prisão pela 1ª Vara Criminal de São Paulo por calúnia e difamação

em processo movido por ele a partir de abril de 2011. A pena, disse o senador, foi convertida em prestação de serviço social, mas, nesses casos, o melhor é obrigar os veículos a garantirem aos ofendidos o direito de resposta, como prevê o projeto.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcello Casal Jr./ABR



Polícia atua em protesto contra uso de dinheiro público na Copa do Mundo em frente ao estádio de Brasília, em 2013



José Cruz/Agência Senado

Lindbergh Farias, autor da PEC que reorganiza as forças policiais no país

## PEC iguala salários de policiais dos ex-territórios aos do DF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai analisar a PEC 14/2014, que iguala os salários de policiais e bombeiros militares dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

A proposta, do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), modifica o texto da Emenda Constitucional 19, promulgada em 1998. Atualmente, o piso salarial de um policial militar de Roraima é R\$ 801,40, enquanto um policial do Distrito Federal recebe R\$ 4.700.

Na justificativa do projeto, o autor argumenta que não faz sentido dar tratamento diferenciado a esses profissionais, visto que, por força constitucional, as carreiras são remuneradas pela União.

José Sarney (PMDB-AP) é o relator da matéria, que deve entrar em pauta quando o relatório for apresentado.



Geraldo Magela/Agência Senado

Randolfe rejeita tratamento salarial diferenciado pelo governo

# Proposta que desmilitariza a polícia mobiliza internautas nas redes sociais

Enquete do Senado na internet, a respeito de PEC apresentada por Lindbergh Farias, já recebeu mais de 25 mil votos

A POLÍCIA DEVE ser desmilitarizada? Esse debate está mobilizando milhares de internautas nas redes sociais graças à enquete promovida pelo site do Senado a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que reorganiza as forças policiais extinguindo o caráter militar e determinando que atuem tanto no policiamento ostensivo quanto nas investigações dos crimes.

O post com a enquete, divulgado pela página Notícias do Senado no Facebook na quarta-feira, já teve mais de 4 mil compartilhamentos e mais

de 500 comentários de internautas manifestando opinião sobre o tema.

A internauta Renata Luder manifestou apoio à mudança por considerar a polícia militar um resquício da ditadura, mas também cobrou reestruturação da carreira, com salários dignos, melhor treinamento e apoio psicológico aos policiais.

O leitor André Luís Patrício lembrou que as polícias militares existem desde o Império, não podendo ser associadas à ditadura militar. O internauta Márcio Cordeiro questionou os efeitos da medida no combate ao vandalismo se não houver investimento em educação.

A reformulação do aparato de segurança pública dos estados voltou a ser defendida por setores da sociedade depois dos casos de violência policial que aconteceram nas manifestações de junho de 2013 e outros, como o da morte de Cláudia Ferreira, que foi arrastada depois de cair da viatura que supostamente a levava para um hospital no Rio de Janeiro.

A PEC 51/2013 estabelece que cada estado poderá organizar as próprias forças policiais da forma mais adequada, desde que tenham caráter civil e atuem no ciclo completo da atividade policial (na prevenção e na investigação de crimes).

Lindbergh argumenta que a desmilitarização dará maior autonomia aos agentes e permitirá maior controle social da instituição.

A enquete já recebeu mais de 25 mil votos. A sistemática de votação foi alterada recentemente para evitar a interferência de robôs, programas que simulam votos de pessoas e alteram o resultado da pesquisa. Para se manifestar, agora é preciso validar o voto clicando em link enviado ao e-mail do internauta. A enquete permanecerá ativa até quinta-feira.

Participe da enquete [www.senado.leg.br/DataSenado](http://www.senado.leg.br/DataSenado)

## Projeto sobre vandalismo está na pauta da CCJ

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2013, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que endurece as penas para combate ao vandalismo e à violência em manifestações, será o segundo item da pauta da reunião de quarta-feira da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois de cobrado por alguns parlamentares, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), garantiu que o tema será analisado no próximo encontro do colegiado.

Ao cobrar a votação de seu relatório, o senador Pedro Taques (PDT-MT) lembrou que se trata de um compromisso com a Constituição:

— Precisamos de uma legislação, pois a Constituição manda desde 1988, portanto há 25 anos. Precisamos sim das manifestações, mas não podemos concordar com a existência de baderna e com a prática de crimes — afirmou.

Pedro Taques considerou “demasiadamente amplo” o

projeto original e apresentou um substitutivo que prevê, por exemplo, agravante para a pena o uso de máscara ou qualquer utensílio destinado a dificultar a identificação de quem comete o crime. Como tramita em caráter terminativo, a proposta pode seguir direto para a Câmara dos Deputados se for aprovada pela CCJ.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) também alertou para outro projeto importante a ser votado no Senado, o que trata da tipificação de terrorismo:

— Desde o fim do ano

passado, estou pronto com a legislação sobre o crime de terrorismo [PLS 499/2013], que não foi votada porque as pessoas fizeram confusão, achando que estávamos querendo tipificar e penalizar o terrorismo para evitar manifestações sociais, o que não era o caso. Então, combinamos no Senado que só votaríamos o projeto sobre terrorismo após votarmos a proposta relativa ao vandalismo. Entendo que o Brasil não pode ficar sem essas duas legislações, e não é por conta só da Copa do Mundo — afirmou.



Presidente da comissão, Vital garante que projeto será analisado



Texto de Armando Monteiro será a base do debate sobre vandalismo

## Jayme Campos propõe criação de diário da OAB na internet

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou projeto de lei que cria o diário eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para publicação dos

atos, decisões e notificações da entidade na internet.

Ele explicou que o estatuto da OAB é de uma época em que o processo de comunicação era analógico, por isso prevê a divulgação dos atos da entidade apenas pela afixação das decisões em quadro de avisos.

Para Jayme Campos, a divulgação eletrônica será um avanço na modernização da OAB e contribuirá para o fortalecimento da Justiça no país.

— São patentes os ganhos de publicidade e transparência que o meio eletrônico proporciona. Serão reduzidos os custos operacionais e haverá mais celeridade e efetiva comunicação das decisões de caráter conclusivo — disse.

## Ana Amélia homenageia Dia das Mães e lembra filhos desaparecidos

Ana Amélia (PP-RS) homenageou as mães pela comemoração de seu dia, lembrando das mulheres que poderão passar a data

com os filhos e também daquelas cujos filhos estão desaparecidos.

Somente no Rio Grande do Sul, disse, mais de 10 mil pessoas desapareceram no ano passado e mais de 2 mil em 2014.

A senadora também lamentou que os filhos da dona de casa Fabiane Maria de Jesus tenham que passar o próximo domingo sem a mãe, que foi linchada por uma comunidade do Guarujá.

— Para essas mães, dedico este dia, para que não seja apenas uma data comercial, de compra de presente, mas uma data em que se reconheça com gratidão o que só as mães sabem dar aos seus filhos — afirmou Ana Amélia.

Comissão analisa sugestão do Sindicato dos Corretores de Imóveis do DF para alterar a forma de escolha dos conselheiros regionais e reduzir os valores das anuidades

## Conselho regional de corretor em debate

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje, às 9h, sugestão legislativa que propõe mudança na forma de composição dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Crecis) e define um calendário para as eleições nas entidades. A sugestão prevê ainda a redução do valor máximo das anuidades.

O texto mantém em 27 o número de membros efetivos nos Crecis, com igual número de suplentes. Porém, apenas dois terços — e não mais a totalidade — continuariam sendo eleitos em chapa por meio de voto secreto e obrigatório dos profissionais inscritos. Um terço passaria a ser indicado pelo Sindicato de Corretores de Imóveis da área do respectivo conselho regional.

O debate é uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), relator da sugestão (SUG 11/2013) apresentada pelo presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal (Sindimóveis-DF), Geraldo Nascimento.

O autor da sugestão, que também integra a Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci), está entre os convidados, assim como o presidente da Fenaci, Joaquim Ribeiro.

Foram chamados ainda o presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordem das Profissões Regulamentadas do Estado do Rio Grande do Sul, Flávio Koch, e o vice-presidente-adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci) Hermes Alcântara.

A sugestão reduz o valor das anuidades para os corretores autônomos ou firma individual e para pessoa física (imobiliárias). Para os autônomos e firmas individuais, haveria uma redução de 29,8%, com base nos valores fixados na lei (corrigidos por resolução anual dos Crecis de cada região).

As sugestões legislativas podem ser apresentadas ao Senado por meio de associações, sindicatos e entidades organizadas. Se admitida pela CDH, passam a tramitar como projeto de lei.

## Simon lamenta decisão em comissão

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de rejeitar projeto apresentado por ele (PLS 158/2004) que dava ao Exército preferência na contratação de obras e serviços de engenharia da União. Em caráter terminativo, sem precisar de votação no Plenário, a CCJ aprovou voto em separado de Kátia Abreu (PMDB-TO). Ela argumentou que a mudança comprometeria a rapidez e a eficiência nas obras, já que a lei atual permite que órgãos e entidades da administração executem diretamente obras e serviços de engenharia, com meios próprios.

Simon afirmou que a proposta deveria ser analisada pelo Plenário, em vez de acabar na CCJ.

— Eu vejo projetos da maior importância, de maior significado, que envolvem questões fundamentais e que terminam na comissão, sem ir a Plenário — lamentou o senador.

O projeto rejeitado, que mudaria a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), tinha parecer favorável do relator na CCJ, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Simon lembrou que a tradição do Exército brasileiro está na construção de estradas.

— A geografia do Brasil foi traçada



Projetos que envolvem questões fundamentais deveriam ser decididos em Plenário, diz Simon

substancialmente pela engenharia militar. Ela tem sua origem, com a chegada de Dom Pedro I, na fortificação das fronteiras no litoral. A lei pedia o emprego da engenharia militar na construção de estradas de ferro, de linha telegráfica e estratégica e outros trabalhos de engenharia pertencentes ao Estado — afirmou Simon.

Pela proposta, as obras federais ficariam a cargo dos Batalhões de Engenharia e Construção e Ferroviário do Exército. O autor do projeto disse que essas unidades militares contribuíram para diversas obras de infraestrutura no país e para a construção de 1,7 mil quilômetros de estradas no Rio Grande do Sul quando ele era governador.

## Figueiró critica mudança de nome de estádio

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a mudança do nome do estádio de Cuiabá para Arena Pantanal é uma injustiça com o ex-presidente do Senado e ex-governador José Fragelli (1915-2010), que dava nome ao estádio.

O senador citou a atuação de Fragelli quando



Tancredo Neves adoeceu às vésperas do dia de sua posse na Presidência da República, em 1985. Figueiró contou que,

após reuniões com lideranças políticas e juristas e visando impedir uma crise institucional no país, Fragelli comunicou que, como presidente do Congresso, daria posse ao vice-presidente eleito, José Sarney.

Fragelli foi governador de Mato Grosso e senador por Mato Grosso do Sul.

## ACONTECEU NO SENADO



Projeto busca prevenir situações como a de Nova Friburgo (RJ), onde 750 pessoas morreram em 2011

## Socorro da União a desastres naturais ganha mais agilidade

Projeto aprovado facilita transferência de recursos para áreas de calamidades

SEGUE PARA SANÇÃO projeto (PLV 3/2014) que facilita a transferência de recursos da União para ações de prevenção de desastres naturais e de recuperação das regiões atingidas por calamidades, como seca e enchente. O uso do Regime Dife-

renciado de Contratações Públicas (RDC) foi criticado pela oposição.

Segundo o projeto, aprovado terça-feira pelo Plenário, os beneficiados com as verbas têm que se comprometer a fazer as obras ou ações necessárias previstas em planos de trabalho.

## SENADORES APROVAM REGRAS PARA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

O Plenário aprovou terça-feira o texto principal do projeto que estabelece regras para criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). As emendas devem ser votadas esta semana. A proposta precisa passar pela Câmara. Segundo o projeto, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), os novos municípios deverão ter pelo menos 200 quilômetros quadrados no Norte e Centro-Oeste e a metade desse tamanho no Nordeste, Sul e Sudeste. Os números mínimos de habitantes variam de 6 mil a 20 mil.



## COTA PARA NEGROS EM CONCURSOS FEDERAIS SEGUE PARA PLENÁRIO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou proposta (PLC 29/2014) que reserva 20% das vagas de concursos federais para candidatos que se declaram negros ou pardos. O projeto, que segue para Plenário em regime de urgência, se aplica a órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

## GOVERNADORES E PREFEITOS PODERÃO RESPONDER PELO SUS

A PLS 174/2011, que torna presidente, governadores e prefeitos gestores solidários do Sistema Único de Saúde (SUS), ao lado dos diretores do sistema, foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Objetivo é melhor qualidade dos serviços. O texto segue para análise da Câmara, exceto se houver recurso para votação no Plenário do Senado.

## MERCOSUL FARÁ PROPOSTA DE LIVRE COMÉRCIO À UNIÃO EUROPEIA ATÉ JUNHO



Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, quinta-feira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, disse que o bloco econômico sul-americano vai apresentar uma proposta de acordo para livre comércio antes do bloco europeu. Segundo ele, as negociações podem durar até três anos e o momento ideal é agora, pois o Brasil não pode ficar de fora das grandes cadeias globais de produção.

## PROCURADORIA DEFENDE VALORIZAÇÃO DAS PARTEIRAS

Parteiras, enfermeiras e doulas (acompanhantes em parto) participaram, na quinta-feira, de um debate sobre parto humanizado no Projeto Quintas Femininas, realizado pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado e pela Secretaria da Mulher na Câmara. As participantes defenderam a valorização do trabalho das parteiras tradicionais.

## CASEIRO NEGA PARTICIPAÇÃO NA MORTE DE CORONEL

Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos (CDH), na terça-feira, o caseiro Rogério Pires negou ter participado da morte do coronel reformado do Exército Paulo Malhães, torturador confesso na época da ditadura militar. Na versão da polícia civil, o caseiro confessou a participação no latrocínio (roubo seguido de morte), no sítio do coronel, na Baixada Fluminense.



## VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

O debate sobre parto humanizado está na seleção de imagens entre as 7 mil produzidas na semana pelos fotógrafos da Agência Senado.

<http://bit.ly/fotos5-9mai>